



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O CONTRIBUTO DA POLÍTICA TEIP₂ NA CONSTRUÇÃO DE UMA “ESCOLA PARA TODOS” (PORTUGAL 2007-2010)

Nelson Matias¹

Instituto Politécnico de Setúbal

Escola Superior de Educação

(Portugal)

nelson.matias@ese.ips.pt

Pretende-se aqui partilhar uma reflexão² sobre o contributo da política TEIP₂ para a construção de uma “escola para todos”, isto é, a afirmação de que qualquer escola se deve organizar para gerir os percursos escolares de TODOS os seus alunos. Este foi o desígnio assumido por este programa de intervenção prioritária em contextos educativos difíceis, iniciado em 2007 e ainda a decorrer, e que envolve mais de uma centena de agrupamentos de escolas, o que representa cerca de 10% das escolas básicas e secundárias do continente. O programa visa a redução do insucesso escolar e do abandono escolar precoce, associados a contextos de exclusão social, assumindo-se simultaneamente como um programa de discriminação positiva das próprias escolas (RODRIGUES, 2010, p. 127), “atitude” que pretendia ter expressão no apoio, no acompanhamento, na afectação de recursos humanos e financeiros acrescidos e diferenciados e na promoção de mudanças na organização e no governo das escolas.

O Programa TEIP₂ e as respectivas orientações e gestão estratégica, com expressão em vários campos da administração e da acção educativa, podem ser entendidas como *instrumentos de acção pública*, isto é, como “dispositivos técnicos e sociais que organizam as relações sociais específicas entre o ‘poder público’ e os seus destinatários

¹ Coordenador, entre Setembro de 2008 e Novembro de 2010, do Programa TEIP₂ lançado pelo ME em meados do ano lectivo 2006/7 e relançado pelo Despacho Normativo nº 55/2008.

² Esta comunicação integra-se numa investigação ainda em curso e, por ora, apresenta-se preferencialmente como uma reflexão sobre uma experiência de política educativa e uma experiência pessoal, como ex-coordenador de um Programa e que neste momento ainda decorre e está a ser objecto de avaliação externa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

em função das representações e das significações das quais são portadores”. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2004, p. 13).

Neste sentido serão abordadas 4 dimensões da perspectiva de territorialização TEIP₂, entendida aqui com “o texto da política”, integrando o espaço de construção reflexiva do referencial e a sua tradução aos níveis regulamentar/ normativo e de orientação operacional das equipas de coordenação e apoio do Programa TEIP₂. Em coerência com as dimensões em análise, são aqui considerados os seguintes domínios: (i) o Programa e a regulação da educação e do governo das escolas; (ii) o Programa como instrumento de reforço da autonomia das escolas; (iii) o Programa como instrumento de reconfiguração da oferta educativa da escola pública portuguesa; (iv) o projecto educativo TEIP da escola/ agrupamento como instrumento de gestão dos percursos escolares de TODOS os alunos do agrupamento e de articulação local das iniciativas sectoriais da política educativa.

O Programa TEIP₂ e a regulação da educação e do governo das escolas

Em Portugal, têm sido introduzidas desde os finais dos anos 80 novas estratégias de governo da educação que fazem apelo à participação social, à autonomia das escolas e à descentralização. Vieram depois juntar-se-lhes os processos de autoavaliação e de avaliação externa das escolas, que ficaram concluídos para a generalidade do sistema público no passado ano lectivo, alguns tímidos “contratos de autonomia” e, mais recentemente, um novo modelo de administração e de gestão das escolas/ agrupamentos, onde surgem a figura do director, com poderes reforçados, e novos instrumentos de enquadramento e de avaliação de desempenho dos professores, que grande polémica e conflitualidade trouxeram às escolas e à sociedade portuguesa em 2010 e 2011.

Ao longo deste processo tornou-se claro que caminhamos de um Estado Educador - como provisor e administrador directo da educação - para um Estado Avaliador, que define objectivos e, sobretudo, que promove e gere mecanismos de avaliação e de prestação de contas (BARROSO, 2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Esta política de autonomia das escolas públicas que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos, visando alterar a “escola”, pode ser analisada de acordo com João Barroso, segundo várias dimensões:

- a) Uma *dimensão administrativa* que integra o conjunto das medidas que, sob o referencial genérico da autonomia da escola, se traduziram numa, por vezes mais retórica do que efectiva, transferência de competências de níveis superiores da administração para o estabelecimento de ensino.
- b) Uma *dimensão de gestão* onde se integram as medidas que, de modo mais claro desde o ministro Roberto Carneiro, foram alterando a legislação sobre a administração e gestão das escolas, pretendendo “corrigir” pretensos “desvios” da “gestão democrática” e, simultaneamente, melhorar a qualidade e eficácia da sua gestão.
- c) Uma *dimensão territorial*, onde se integra o conjunto das intervenções justificadas pela necessidade de promover soluções mais adequadas aos contextos/ comunidades locais, que se traduziram em diferentes modalidades de territorialização das políticas educativas onde os TEIP surgem como exemplo mais visível.
- d) Uma *dimensão de avaliação das escolas e do ensino* onde surgem os processos de *avaliação externa e interna* da escola, que a assumiram como uma unidade do sistema de ensino, e, em paralelo, com os exames nacionais e a avaliação aferida, pretendendo avaliar o “sistema” e introduzir mudanças no seu conjunto sem deixar de olhar a sua unidade base, escola/ agrupamento.
- e) Uma *dimensão equipamento educativo* que congrega as intervenções que alteraram a tipologia das escolas, agregando graus de ensino e construções escolares e de que os agrupamentos de escola (na sequência das “escolas básicas integradas” e da “área escolar”) e o encerramento das “escolas rurais”, com menos de 10 ou 15 alunos, são os exemplos recentes mais significativos³.
- f) Uma *dimensão espaço social* onde se integra o conjunto de medidas que, sob o princípio da comunidade educativa, identificaram e instituíram formas de parceria, apelando aos pais (mas também às empresas, às associações, às autarquias, etc.).

³ Poderiam também incluir-se aqui, com todo o simbolismo e conflitualidade que transportam, as alterações ao modo de concurso/ recrutamento de docentes, reforçando a modalidade local, ao nível do agrupamento, nesse recrutamento, em particular no caso dos TEIP.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A análise sumária dos normativos que instituíram o Programa TEIP₂ e dos documentos da sua comissão de coordenação⁴ permite-nos verificar que ele foi definido, e que a sua coordenação e gestão operacional procurou implementá-lo, de modo a contemplar todas as dimensões acima identificadas. Neste sentido pode dizer-se que o Programa procurou, na conjuntura em que foi lançado, contribuir para o aprofundamento da autonomia das escolas e para a afirmação do novo modo de regulação da educação que se tem vindo a deslocar do controlo *a priori*, típico de um modelo burocrático, centralizado, para um controlo *a posterior* que exige já uma reinterpretação contextualizada, só tornada possível através da elaboração de um projecto educativo TEIP, que hoje “obriga” a encontrar soluções educativas para todos os seus públicos e à criação de dispositivos de auto-regulação, de monitorização e auto-avaliação dos projectos e das escolas.

Alguns dados relativos à gestão operacional do Programa, em particular a partir de 2008, permitem-nos aprofundar esta reflexão sobre novos modos de regulação da educação e do governo das escolas. As estratégias de gestão que foram implementadas enquadraram-se numa orientação global de desenvolvimento do Programa que optou preferencialmente por metodologias abertas e participadas, isto é, por uma articulação de metodologias *top-down* e *botton-up*, as quais estiveram presentes desde o início, na identificação/ selecção das escolas, mas também na concepção, negociação e aprovação dos seus projectos educativos TEIP, na celebração do contrato-programa, no acompanhamento, monitorização e avaliação, etc.

Concretamente, a natureza aberta e participada das estratégias implementadas visava favorecer a autonomia das escolas e simultaneamente:

- a) Reforçar drasticamente a *qualidade inicial* dos projectos educativos TEIP e, desde logo, dos diagnósticos produzidos, que fora identificada como dimensão crítica.
- b) Promover uma reflexão aprofundada e consequente sobre as medidas e acções propostas nos projectos de escola/ agrupamento e sobre os recursos mobilizados e necessários, e garantir conjuntamente a sua validação.
- c) Perspectivar a função das equipas técnicas TEIP₂, da DGIDC e das DRE, mais como recursos e apoios às escolas do que como instrumentos de comando e controlo.

⁴ Ver documentos de referência listados no final do texto.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- d) Promover o desenvolvimento de uma função de consultoria externa aos TEIP (os seus “amigos críticos”) a partir das universidades, ESE, associações científicas, etc.
- e) Promover a troca de experiências e a divulgação de boas práticas, nomeadamente através de encontros temáticos de âmbito regional ou de zona, preferencialmente *não* organizados pela administração educativa, e da realização de visita de estudo a boas práticas em escolas TEIP ou não TEIP.
- f) Promover e apoiar tecnicamente, sempre que possível em articulação com os consultores externos, o desenvolvimento de processos de auto-avaliação e de auto-regulação dos projectos educativos TEIP e das próprias escolas – e a produção dos respectivos relatórios – em alternativa à realização de inquéritos aplicados pela administração educativa e cujos resultados eram, muitas vezes, assumidos como relatórios de execução.

Assuma-se que nem todos os tópicos acima enunciados foram plenamente conseguidos, embora em muitos casos o tenham sido, com mais ou menos dificuldades, com maior ou menor profundidade. Uma avaliação neste domínio ainda está por fazer.

Coerente com a estratégia delineada é o facto das equipas das DRE que fazem o acompanhamento das escolas TEIP serem as “equipas de autonomia” (reforçadas por vezes pelas equipas de apoio às escolas), isto é, as equipas que acompanham as escolas que, na sequência das avaliações externas, celebraram ou se pretendem que venham a celebrar os chamados “contratos de autonomia”.⁵

Uma análise dos resultados alcançados pelo Programa na promoção de novos modos de regulação da educação e do governo das escolas, menos burocráticos e centralizados, não pode ignorar, contudo, que a implementação das orientações relativas a esta medida de política educativa se foi “confrontando” no terreno com outros actores, que a foram “naturalmente” redefinindo, o que implicará analisar também a relação estabelecida pelo Programa com os diferentes níveis (central e regional) e áreas da administração educativa (gestão de recursos humanos, definição da rede e equipamentos escolares, inspecção

⁵ Coerente com esta estratégia seria ainda conseguir que a tecnoestrutura do ME se visse menos envolvida no trabalho de pensar (e prescrever) o trabalho dos outros e mais envolvida na construção de dispositivos que, garantindo a coordenação à distância, fizessem com que noutros níveis (regionais e locais) outros actores pensassem (e prescrevessem) o seu próprio trabalho e o dos outros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

educativa, outros programas específicos de desenvolvimento curricular e de inovação e apoio ao ensino, etc.). Por outro lado, o desenvolvimento e consolidação de um novo modelo de regulação da educação, mais contextualizado/ diferenciado e onde o controlo seja desenvolvido essencialmente *a posterior* e feito por relação a referenciais de governo e de projecto das próprias escolas, não pode ignorar, na relação com as escolas, a acção dos vários “braços” da administração educativa, nos diferentes campos que “tutela”.

O Programa TEIP₂ e o reforço da autonomia das escolas

A perspectiva de afirmação do Programa TEIP₂ como instrumento para o aprofundamento da autonomia das escolas, surge explicitamente enunciada em vários diplomas legais, desde logo em primeiro lugar no art.º 14 do Despacho Normativo nº 55/2008 que prevê que “*os órgãos de gestão das escolas e agrupamentos de escolas que integram os TEIP₂ podem beneficiar de condições especiais para a gestão dos recursos humanos e financeiros afectos ao desenvolvimento do respectivo projecto, que constarão do contrato-programa*” a celebrar com a respectiva DRE e a homologar pela Ministra da Educação.

A candidatura de escolas públicas ao Programa – e, portanto, à atribuição de recursos a ele alocados – exigia por isso a apresentação de um Projecto Educativo TEIP que constituía a base de negociação de um contrato-programa e que, entre outros elementos, integrava obrigatoriamente “*processos e modalidades de acompanhamento, auto-avaliação e avaliação externa do projecto e dos resultados*” (art.º 7). O contrato-programa, que poderia portanto integrar cláusulas de autonomia, juntava-se assim à adopção de dispositivos de auto-regulação das escolas e de acompanhamento e avaliação externa do seu projecto educativo.

De acordo com a perspectiva enunciada, reconhecia-se que as escolas TEIP, sendo mais comprometidas e mais acompanhadas pela administração educativa do que as chamadas “escolas da autonomia” - condição a que estas últimas acediam a partir de (bons) resultados obtidos no processo de avaliação externa – poderiam as escolas TEIP, se reunissem condições para tal, aceder desde o início ao aprofundamento da sua autonomia, contratualizando-o.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Enunciava-se ainda no Despacho Normativo nº 55/2008 a perspectiva de instituir uma “*diferenciação positiva no acesso das escolas envolvidas no Programa aos recursos e aos meios disponibilizados pelas políticas gerais do sistema de ensino*”. (art.º 5). Posteriormente, noutros diplomas legais reafirmou-se que “*o princípio da discriminação positiva na afectação de recursos às escolas (...) deve ser alargado à generalidade dos projectos e das medidas do Ministério da Educação*” pelo que se determinava a discriminação positiva destas escolas, “*para efeitos de atribuição de recursos no âmbito dos diversos projectos deste Ministério*”⁶. Abria-se assim a porta a uma diferenciação na atribuição de recursos às escolas, em função das suas necessidades, da natureza dos seus problemas, das suas potencialidades e dos seus projectos. E o aprofundamento da autonomia das escolas propôs-se chegar, inclusive, ao recrutamento de docentes do quadro através de concursos abertos e conduzidos pelas próprias “escolas prioritárias”, de acordo com dimensões como a definição de perfis de formação e de experiência/ desempenho adequados, e segundo critérios que teriam em consideração a natureza específica destas escolas e o perfil de competências dos candidatos (Portaria nº 365/2009).

O Programa TEIP2 e a diversificação e diferenciação na oferta educativa

Em coerência com esta perspectiva de instrumento para o aprofundamento da autonomia das escolas, o Programa define-se também como instrumento de reconfiguração da oferta educativa de cada escola pública e de promoção da diferenciação curricular e pedagógica.

O contínuo alargamento da escolaridade para níveis que apontam para a desejável generalização do ensino secundário em Portugal, abriu cada vez mais as escolas, e abriu-as por cada vez mais tempo, a novos públicos com novos comportamentos e novos saberes, o que se traduziu numa crescente diversificação das motivações e das formas de (poder) aprender no seio da escola. (SEBASTIÃO: 2009) A esta, e aos seus professores, exige-se hoje que disponibilize e organize, quer novas modalidades educativas, quer novas formas de ensinar e de organizar as aprendizagens, isto é, que promova uma crescente diversificação das modalidades de ensino e de trabalho pedagógico.

⁶ Cf. Despacho de listagem das escolas prioritárias utilizado para efeitos de concurso de colocação de professores nas escolas TEIP e Portaria nº 365/2009 de 7 de Abril.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Já nos anos 90 o primeiro programa TEIP tinha sido um importante contributo para a criação dos primeiros *agrupamentos de escolas*, vindo por esta via facilitar uma gestão dos percursos escolares dos alunos, integrando-a numa mesma unidade orgânica e facilitando, quer a articulação de projectos de estabelecimento/escola, quer a construção de projectos pedagógicos facilitadores da transição entre ciclos e entre escolas, frequentemente identificada como factor de perturbação dos percursos escolares e fonte de acrescido insucesso e abandono. Agora com este segundo programa TEIP aprofunda-se essa perspectiva, pois todos os novos projectos educativos das escolas/ agrupamentos TEIP contemplam (quase) obrigatoriamente uma linha de diversificação das suas ofertas educativas - como forma de melhor responder à diversidade dos públicos, prevenindo o insucesso e o abandono escolar precoce - e a sua coerente integração num mesmo projecto de escola/ agrupamento, promovendo o reconhecimento de que *as escolas se devem organizar para gerir os percursos escolares de TODOS os seus alunos, diversificando e incluindo/ integrando*. Com efeito, é possível verificar que os projectos educativos dos agrupamentos TEIP contemplam com muita frequência: (i) actividades de facilitação da transição entre ciclos e escolas do agrupamento, promovendo o contacto antecipado dos alunos com a “sua” escola do próximo ano, com os respectivos espaços e actividades formativas e, por vezes, com alguns dos seus professores; (ii) diversas modalidades de diferenciação das respostas educativas, como por exemplo, os percursos curriculares alternativos, os cursos de educação-formação ou os cursos profissionais; (iii) outras modalidades de diferenciação educativa concebidas como soluções organizacionais, de construção de grupos de aprendizagem mais flexíveis, com dimensão mais reduzida e/ou de duração temporária, como as “*Turmas mais*” ou *Fénix*, ou ainda o recurso intermitente ao *par pedagógico*, como meio de proporcionar apoio acrescido, de prevenir dificuldades ou de superar “lacunas nas aprendizagens realizadas nos anos anteriores”; (iv) oficinas pedagógicas de Matemática, Língua, Ciências Experimentais, etc., por vezes integradas no plano/ tempo curricular, noutros casos como tempo extra, adicional, procurando por esta via facilitar a construção de outros tipos de aula, de outros modos de ensinar e de aprender; (v) dispositivos de apoio e orientação tutorial e, com alguma frequência, “gabinetes de apoio ao aluno e à família”, com recurso a professores tutores, a animadores socioeducativos e outros técnicos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sociais; (vi) a organização (ou “aquisição”) de formação específica para os seus docentes em áreas-chave de mudança das práticas pedagógicas; (vii) actividades para pais e encarregados de educação e, por vezes, ofertas formativas do tipo cursos EFA ou iniciativas “Novas Oportunidades”, procurando também por estas vias, aproximar os pais da escola e contribuir para o aumento das qualificações das comunidades.

Estas foram as formas utilizadas para operacionalizar a perspectiva de (tentar) “não deixar ninguém para trás”⁷, incluindo todos e cada um, reduzir o abandono escolar precoce e promover o sucesso educativo e melhorar a qualidade das aprendizagens.

O Programa TEIP₂ e os sentidos do projecto educativo de escola/ agrupamento

Na relação com as escolas e no apoio técnico à elaboração dos seus projectos de “candidatura” ao Programa TEIP valorizaram-se, como seria natural, as dimensões mais significativas de um projecto educativo de escola/ agrupamento, nomeadamente a qualidade dos diagnósticos, a pertinência e a adequação das medidas e acções propostas, a identificação dos recursos disponíveis e dos necessários, a existência de dispositivos de monitorização e de avaliação interna das acções e do próprio projecto, bem como a sua capacidade técnica e científica para produzir atempadamente os resultados necessários à avaliação e regulação do projecto. Oficinas de formação, com recurso às universidades e centros de formação de professores apoiaram a elaboração dos projectos e, posteriormente, demorados processos de discussão e negociação com a administração educativa, por vezes com a participação dos “amigos críticos”/ consultores externos dos TEIP quando já existiam, permitiram introduzir melhorias substanciais relativamente ao que tinham sido os projectos da fase anterior (2007-08)⁸, quer no plano formal – a redacção do *documento de projecto* que teria de servir de suporte à celebração de um contrato-programa – quer no plano objectivo, elaborando um projecto em que os diferentes actores (professores, direcções e os conselhos pedagógicos das escolas, administração educativa) se pudessem (re)conhecer.

⁷ Expressão que nos recorda um programa análogo desenvolvido nos EUA, mas também as ZEP francesas (VAN ZANTEN, 2004) que, de certo modo, inspiraram o primeiro programa TEIP em Portugal.

⁸ E melhorias significativas relativamente ao que é o padrão habitual, neste domínios, nas escolas portuguesas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Há contudo uma outra dimensão dos projectos TEIP que importa ainda referir, quer porque representa a “presença” na escola de várias medidas de política educativa e dos recursos que por essa via lhe são alocados, quer pelo desafio que essa presença coloca às escolas, ao Programa TEIP e à administração educativa, na elaboração, no acompanhamento e na avaliação de um projecto educativo de estabelecimento.

Com efeito, ao longo dos últimos anos foram sendo implementadas diversas *medidas sectoriais de política educativa* no campo da promoção da qualidade das aprendizagens e da equidade no campo educativo (Plano de Acção da Matemática, Plano Nacional de Ensino do Português, Português Língua Não Materna, Rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura, Ensino das Ciências Experimentais, etc.) a par de programas de inclusão social e de prevenção do risco e da violência em meio juvenil (Programa Escolhas, Bairros Críticos, etc.). Estas iniciativas de política educativa e programas de intervenção social reflectiram-se na relação da escola com outras instituições (CPCJ, Segurança Social, etc.) bem como na organização do trabalho docente que, em muitos casos, exigiram às escolas novas formas organizativas para o trabalho de alunos e docentes e novos interface na relação com o exterior.

Tornou-se assim visível uma certa fragilidade na *gestão integrada* dessas medidas a nível central, por se encontrarem “repartidas” pela administração educativa, o que mais justificava a necessidade e importância da sua *articulação local*, ao nível da escola/ agrupamento, num projecto educativo, neste caso num projecto educativo TEIP. Articular orientações, recursos alocados, prioridades e estratégias e dar-lhes sentido específico num projecto local, de agrupamento, foi o desafio assumido pelas escolas e pela gestão do Programa TEIP.

De facto, sendo certo que a territorialização das políticas educativas “fica coxa” se não for acompanhada da articulação/ integração local, num determinado território, das políticas públicas (sectoriais) no domínio da educação, da saúde, da habitação, da juventude, etc., importa reconhecer porém que o problema também está desde logo nas fragilidades que se verificam, a nível central e local, na utilização de instrumentos de governo das escolas que fomentem a necessária articulação das várias medidas de política educativa num mesma escola/ agrupamento, mas também na (quase) inexistência



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de instrumentos de acompanhamento *integrado* dessas medidas pela administração educativa.⁹

Finalmente, ainda neste domínio, deve notar-se que a profusão de medidas sectoriais que coexistem numa mesma escola/ agrupamento e a sua gestão e avaliação fragmentada a nível nacional e/ou regional, cria dificuldades acrescidas à avaliação dos efeitos/ resultados da medida TEIP pois esta geralmente incorpora os efeitos destas medidas sectoriais que, por questões de coerência e de gestão integrada, foram incluídas nos projectos educativos TEIP de cada escola/ agrupamento¹⁰, independentemente da origem dos recursos ou da “tutela” das iniciativas específicas. A avaliação dos sucessos e dos fracassos dos TEIP deverá ser, por isso, eminentemente contextualizada/ local, e só dessa forma será possível compreender que, mesmo quando a medida fracassa a nível nacional, é sempre possível serem (re)conhecidos vários casos de sucesso que desafiarão a nossa compreensão ... o que mais justifica que se aprofunde a autonomia das escolas.

Referências:

1. Normativos

Despacho Normativo nº 55/2008 de 23 de Outubro

Despacho nº 8065/2009, de 20 de Março

Portaria nº 365/2009, de 7 de Abril

2. Referências bibliográficas

⁹ É como se estivéssemos aqui no território de ninguém - pois os principais instrumentos neste domínio são o projecto educativo e a avaliação dos projectos/ das escolas (auto-avaliação ou avaliação interna) - que só a avaliação externa das escolas, processo gerido pela IGE, poderá olhar de modo integrado.

¹⁰ A avaliação do “efeito TEIP” terá de ser pensada de modo diferente daquilo que tem sido feito e, se se pretende identificar e “medir” o valor acrescentado da medida TEIP, deverá considerar-se a inclusão de escolas não TEIP no universo de estudo, valorizarem-se outros efeitos/ resultados para além dos resultados/ notas escolares na avaliação do TEIP, compararem-se sempre os resultados com as situações de partida de cada TEIP/ projecto, e não só, *nem preferencialmente*, com as médias nacionais, etc. Recorde-se que cada TEIP definiu os seus próprios objectivos e metas quantificadas e que essa informação está disponível nos respectivos projectos educativos TEIP.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AZEVEDO, Joaquim; ALVES, José M. **Projecto Fénix – mais sucesso para todos.** Lisboa, UCP, 2010

BARROSO, João A **regulação das políticas públicas de educação.** Lisboa: Educa, 2006

CAPUCHA, Luís. **Problemas da pobreza : conceitos, contextos e modos de vida.** Lisboa: ISCTE, 1992 (dissertação de mestrado, policopiada).

RODRIGUES, Maria L. **A Escola pública faz a diferença,** Almedina, 2010

SEBASTIÃO, João. **Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009

LASCOUMES, Pierre ; LE GALÈS, Patrick. L'action publique saisie par ses instruments. In _____ **Gouverner par les Instruments.** Paris: Presses de Sciences Po, 2004, p. 11-44

VAN ZANTEN, Agnés. **Les politiques d'Education.** Paris: PUF, 2004